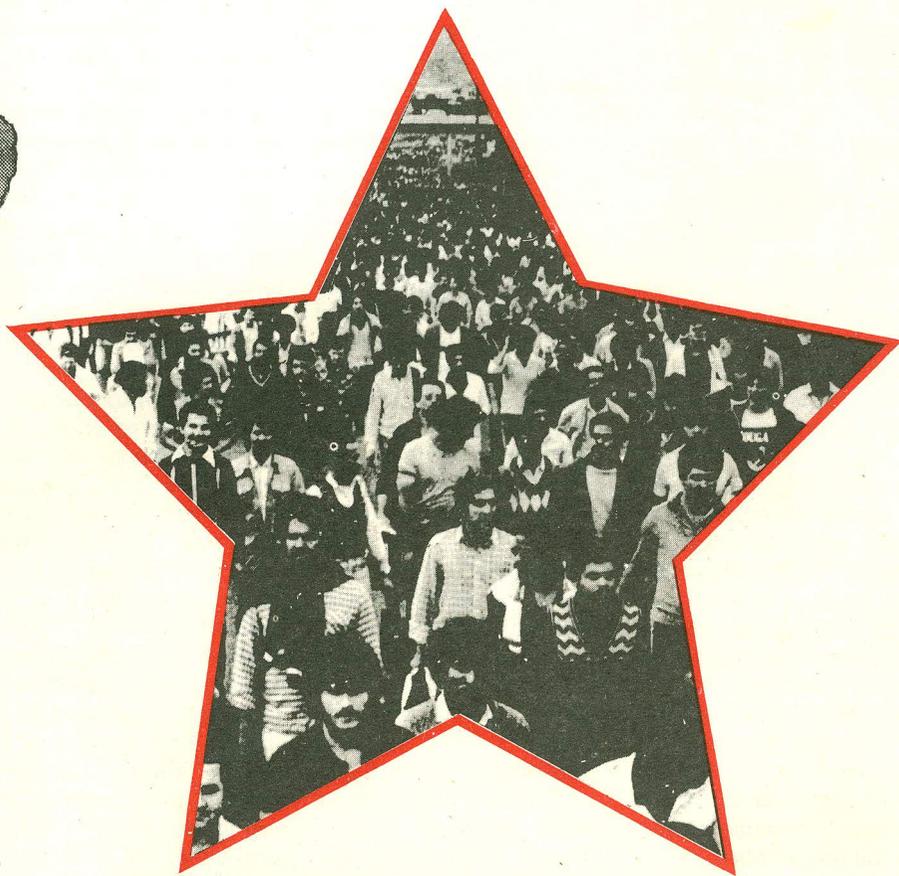


Dupl

Linha Sindical do Partido dos Trabalhadores



Resoluções do Encontro Nacional Sindical do Partido dos Trabalhadores - PT

Diadema, maio de 1985

Companheiros:

Estamos publicando as resoluções do Encontro Nacional Sindical do Partido dos Trabalhadores. Esta "Linha Sindical do PT" é o resultado a que chegamos refletindo a luta diária por condições dignas de vida e trabalho, nas empresas, nos sindicatos e nas ruas, onde aprendemos que a democracia e a independência da organização sindical da classe trabalhadora são essenciais.

A defesa da democracia e da independência orientaram as conclusões do Encontro, desde a avaliação resumida do processo histórico até a definição dos militantes do nosso Partido. E também, é em defesa desses princípios que decidimos lutar pela ratificação da Convenção 87 da O.I.T.. Estamos convencidos que não pode haver liberdade sindical enquanto houver interferência política e econômica do Estado na vida sindical. Por isso, acreditamos que a "Contribuição (Imposto) Sindical" deve ser extinta, assim como os demais mecanismos que sufocam a organização sindical dos trabalhadores brasileiros há mais de 40 anos. Por essa mesma razão temos a certeza que a unidade da classe trabalhadora só será garantida na luta política con-

tra todos aqueles que têm interesse em dividi-la, e rejeitamos a unicidade imposta por lei.

Ou seja, a unidade, que defendemos, tem que estar baseada na independência e na democracia sindical, possibilitando a convivência de todas as correntes de opiniões legítimas do movimento operário e o acesso das bases às decisões fundamentais da luta e da organização sindical.

Importante, também, é a independência do Sindicato perante o Estado. A interferência estatal deforma e tolhe a liberdade de ação do Sindicato perante o patronato e o Estado.

A autonomia sindical tem por objetivo o fortalecimento da entidade e o crescimento do nível de organização da categoria. Neste sentido, a estrutura material do Sindicato não deve ser vista como algo a ser usado pelo Partido para os seus próprios fins.

A criação de Secretarias Sindicais, a formação de Núcleos de Base do PT por Categoria e Local de Trabalho são alguns aspectos fundamentais para a efetiva implantação e crescimento de nosso Partido.

Por outro lado, devemos incentivar a criação de Comissões por locais de trabalho. As Secreta-

rias Sindicais deverão intensificar um debate sobre as formas de estruturação dessas Comissões, seu relacionamento com os Sindicatos e com as diretorias.

A "Linha Sindical do PT" não é um modelo teórico entre outros. Este trabalho é fruto de longos anos de experiência dos sindicalistas do Partido que, junto com centenas de milhares de trabalhadores, contribuíram para a construção da Central Única dos Trabalhadores - a CUT.

Essa luta não terminou.

Por outro lado, a "Nova República" só será uma realidade se a democracia chegar nos sindicatos sem a interferência do governo, com livre negociação e com direito irrestrito de greve. É urgente que esses direitos vigo-rem no Brasil e que a Constituição os garanta sem nenhuma restrição.

Esperamos que estas resoluções contribuam, não somente para os militantes do Partido, mas para todos os trabalhadores. As aspirações que defendemos na nossa luta pelo socialismo são comuns a toda a classe trabalhadora no Brasil e nos demais países.

Em toda a parte, os trabalhadores estão demonstrando sua disposi-

ção de se organizar em defesa de seus legítimos interesses e com autonomia. É assim na Bolívia, no Peru, na Polônia, na África do Sul, etc. Isso é fundamental, especialmente hoje, na América Latina onde o imperialismo não hesita em massacrar os povos, como está fazendo na Nicarágua, para salvar seus interesses

e a classe trabalhadora tem que se unir para garantir a sua própria sobrevivência. Ahamos que a organização independente dos trabalhadores em todo o continente é a principal arma de que dispomos para reunir as mais amplas forças e romper com o controle do FMI e o sufoco da dívida externa.

Confiamos que os militantes e simpatizantes do PT levarão estas resoluções a todos os cantos do país, discutindo e atuando na cidade e no campo, com o objetivo maior de colaborar com a afirmação da classe trabalhadora na luta por uma sociedade sem explorados nem exploradores.

PT SAUDAÇÕES.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

O ENCONTRO NACIONAL SINDICAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES realizou-se em Diadema (SP) e contou com a participação de 105 delegados representando 18 Estados.

Foi fundamental a colaboração dos companheiros do Diretório Municipal de Diadema, do companheiro Gilson Menezes, Prefeito daquele Município, bem como dos militantes que trabalham na Sede Nacional.

Diversas contribuições foram trazidas dos Encontros Estaduais, enriquecendo os trabalhos e aprimorando os resultados a que chegamos.

A Secretaria Sindical Nacional destaca especialmente a importante contribuição dos companheiros da Secretaria Sindical Regional de São Paulo que se empenharam para que este Encontro avançasse no amadurecimento das posições do Partido ao realizarem um

Encontro Estadual representativo e ao elaborarem teses que aprofundaram os debates.

Finalmente, queremos registrar o avanço propiciado pelo Encontro do ponto de vista da própria estruturação da Secretaria Sindical Nacional, que já está pondo em prática o plano de trabalho aprovado e tem a certeza de poder contar com os companheiros de todo o Brasil para que seja bem sucedido.

São Paulo, 19 de maio de 1985.

PAULO OTÁVIO AZEVEDO JR.

Secretaria Sindical Nacional/PT

I - Trabalhadores, Partidos e Sindicatos



A classe trabalhadora, no seu movimento histórico de superar a situação de simples massa de homens explorados no interior do sistema capitalista para tornar-se uma classe consciente do seu papel transformador da sociedade, constrói, através da luta de classe que se opõe à burguesia, as organizações coletivas que traduzem o grau atingido por sua luta: os sindicatos e os partidos

de trabalhadores.

Na história concreta do movimento operário internacional não ocorre um movimento obrigatório do tipo “primeiro o sindicato depois o partido” ou vice-versa. Se na Inglaterra, berço do capitalismo industrial, foi a partir dos sindicatos que surgiu o partido que reivindicava a representação da classe trabalhadora, na França e na Rússia foi a atividade dos partidos de trabalha-

dores que construiu os sindicatos. Isso demonstra que a luta pela organização da classe trabalhadora como classe independente, que identifica seus interesses e se propõe a transformar a sociedade, é um processo único, que se desdobra em construção de sindicatos e partidos de trabalhadores de maneira combinada.

Um sindicato construído contra o interesse da burguesia e de seu Estado, mais do que um agrupamento unitário da classe para a defesa das reivindicações materiais e morais, elementares dos trabalhadores é, ao mesmo tempo, um ponto de apoio para a luta por uma sociedade sem explorados e exploradores.

Entretanto, pelo fato de agruparem — ou pelo menos tentaram agrupar — todos os trabalhadores, independentemente de coloração partidária, religiosa, raça, etc. e pelo fato de serem organismos elementares de unidade, os sindicatos, por si só, não têm um programa acabado da mudança de um regime; por isso, não substituem os partidos, a quem cabe — levando-se em conta o respeito à autonomia dos sindicatos, portanto submetendo suas propostas à deliberação das organizações sindicais — tomar a iniciativa de imprimir esta ou aquela orientação política às organizações sindicais.

II - O movimento operário no Brasil



A classe operária no Brasil já viveu, basicamente, três períodos históricos distintos. Um primeiro período a partir do final do século passado, quando os trabalhadores iniciavam o processo de sua constituição como classe. A organização dos primeiros sindicatos, independentes de qualquer controle do Estado, logo enfrentou a repressão violenta dos governos republicanos.

Os sindicatos e associações de trabalhadores nascidos no Brasil até o início da década de 30 sobreviveram às custas dos próprios trabalhadores: a liberdade de reunião e de organização era uma necessidade elementar que esteve presente como reivindicação desde as primeiras greves e congressos operários.

A unidade sindical chegou a ser buscada, nessa época, com a realização dos congressos operá-

rios em 1906, 1913 e 1920, e com a tentativa de criação de uma primeira Central Sindical, a COB (Confederação Operária Brasileira) em 1908.

Esta experiência encontrou limites para o seu pleno desenvolvimento. Além do peso numérico muito pequeno do operariado num país essencialmente agrário, é importante considerar a recusa das lideranças, em grande parte anarquistas, em construir partidos que assumissem a luta política como condição para a emancipação social da classe operária, o que muitas vezes levava a uma prática estreita e economicista. Setores socialistas, minoritários, mas também presentes no movimento sindical, muitas vezes acabam se confundindo com os anarquistas ou seguindo uma orientação reformista, privilegiando apenas o aspecto econômico das lutas, sob influência do

movimento social democrata internacional (II Internacional). O Partido Comunista, fundado em 1922, surgiu — ao contrário do que ocorreu na maioria dos países — não de rachas do movimento socialista mas, principalmente, do agrupamento de antigos anarquistas.

De qualquer forma, apesar de todos os problemas, a classe operária no Brasil, por sua própria iniciativa e esforço, conseguiu manter a sua independência de classe, sem nenhum atrelamento de seus organismos sindicais ao Estado nem a qualquer outra instuição da burguesia.

O segundo período do movimento operário no Brasil abriu-se ao longo dos anos 30. Vargas está no poder e procura, ao lado da repressão, que não foi abandonada, utilizar outra arma para disciplinar os operários, a

arma do controle direto do Estado sobre sua organização.

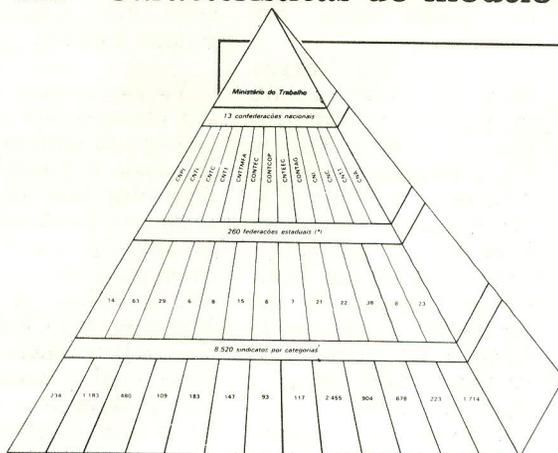
Já em 1931 Vargas inicia sua ofensiva contra os sindicatos independentes, com a Lei de Sindicalização e com o Ministério do Trabalho, recém-criado. Mesmo oferecendo “vantagens”, como o direito de férias, àqueles sindicatos que aceitassem o controle do Ministério, Vargas não consegue, num primeiro momento, acabar com a resistência de muitos sindicatos que denunciavam a Lei de Sindicalização. Essa situação não resolvida se reflete na Constituição de 1934: embora existindo a Lei de Sindicalização que impunha a unicidade sindical a partir do controle do Ministério, a Constituição confirma a liberdade e autonomia sindicais. Dessa forma, coexistem lado a lado sindicatos que aceitaram o controle do

Ministério e sindicatos livres que vinham do período anterior.

Vargas precisava de um pretexto, um acontecimento de impacto, que lhe desse a possibilidade de acabar com os sindicatos independentes. Esse pretexto acabou sendo o movimento armado de novembro de 1935, liderado pelo PCB a partir de quartéis militares no Rio, Natal e Recife, que não contava com respaldo popular e correspondia a uma visão “vanguardista” orientada pela Internacional Comunista, então dirigida por Stálin. Após a derrota do movimento de 35, uma violenta repressão limpou o terreno para a efetivação da estrutura sindical que sobrevive até hoje. Em 1943, com a edição da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), é completado o edifício montado por Vargas.



III - Características do modelo corporativo



1 O sindicato de modelo corporativo passa a ser um mero órgão de colaboração com os poderes públicos, um órgão transmissor dos interesses do Estado. E o Estado pretende, declaradamente, evitar o confronto de interesses entre capital e trabalho e abafar a luta de classes.

2 A organização dos trabalhadores é mantida sob controle através da total dependência do sindicato ao Estado, via Ministério do Trabalho. Para nascer, sobreviver e até morrer, o sindicato precisa da interferência do Estado. No lugar do sindicato livre, surge o sindicato oficial.

3 O Estado determina a forma de organização dos trabalhadores e cria uma estrutura arbitrária e burocrática. Os trabalhadores são agrupados, de cima para baixo, em ca-

tegorias rigidamente definidas. O sindicato de base é único, por imposição do Estado. Podem organizar-se segundo regras estritas — federações e confederações, cujos dirigentes são eleitos indiretamente por representantes dos sindicatos de base. Com a instituição do Imposto Sindical, muitas vezes os sindicatos de base vão tornar-se economicamente dependentes dessas entidades de cúpula.

4 A política paternalista do Estado encarrega-se de pensar pelo trabalhador, legislando abundantemente sobre todas as questões de interesse vital para a classe trabalhadora. O Estado funciona como o “pai dos pobres”. As benesses do Estado são concedidas de acordo com o interesse da classe dominante.

5 A Justiça do Trabalho imposta ao movimento sindical reprimido e desarticulado durante o Estado Novo, prossegue a obra de transformar as questões políticas e sociais, de confronto entre trabalhadores e patrões, em uma questão de técnica aparentemente objetiva, justa e racional. Seu modelo tripartite é claramente corporativo, fascista, moroso, burocrático e distante dos interesses dos trabalhadores.

IV - O peleguismo

A consequência mais grave, em nível orgânico, do modelo sindical implantado a partir de 1930 e “aperfeiçoado” pelo golpe de 1964 é a **cooptação** dos dirigentes sindicais. As dificuldades que a estrutura impõe ao desenvolvimento das lutas, os cerceamentos vários à ação dos sindicatos, aliados às mordomias disponíveis terminam por atrair os dóceis e os medrosos, desanimar e desmoralizar mesmo alguns bem intencionados e, muitas vezes, corromper ou afastar outros.

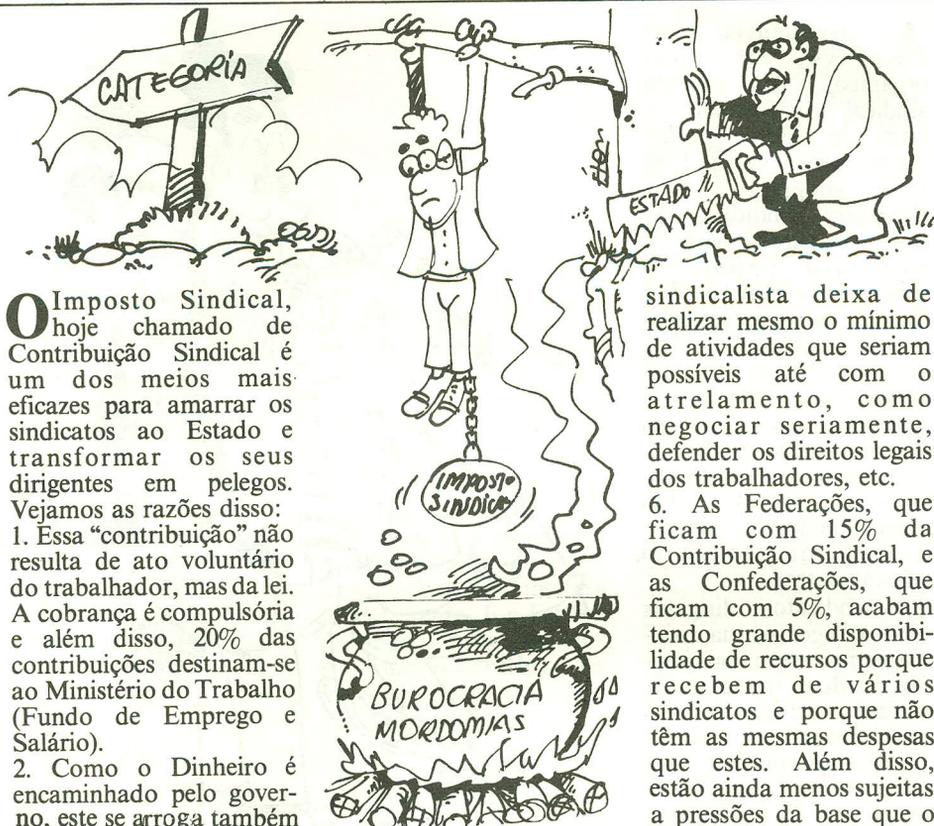
Os sindicatos dirigidos pelos pelegos, na sua maioria permanecem com poucos filiados e, mesmo estes, muitas vezes mais interessados em assistência social ou serviços (médico, dentista, advogado, colônia de férias, etc) do que em um órgão coordenador de interesses de classe, capaz de exercer pressão social. Existem ainda aqueles que se utilizam de recursos (imprensa, ida a porta de fábrica, etc.), para manter a classe amorfa, infundindo concepções burguesas e a não participação na luta.

O pelego tende a agarrar-se ao poder com unhas e dentes. Chega a aliar-se à repressão, a tornar-se dedo-duro, a fraudar eleições, a trair miseravelmente sua classe.



Há ainda uma enorme quantidade de dirigentes sindicais brasileiros nesta condição, seja na maioria dos pequenos sindicatos de cidades e categorias pequenas, seja em grande parte dos sindicatos maiores. Os sindicalistas combativos, além de não serem muito numerosos, são muitas vezes perseguidos, cassados, processados e até assassinados, como tem ocorrido em certas áreas rurais.

V - A contribuição (imposto) sindical



O Imposto Sindical, hoje chamado de Contribuição Sindical é um dos meios mais eficazes para amarrar os sindicatos ao Estado e transformar os seus dirigentes em pelegos. Vejamos as razões disso:

1. Essa "contribuição" não resulta de ato voluntário do trabalhador, mas da lei. A cobrança é compulsória e além disso, 20% das contribuições destinam-se ao Ministério do Trabalho (Fundo de Emprego e Salário).

2. Como o Dinheiro é encaminhado pelo governo, este se arroga também o direito de controlá-lo. De fato, a lei descreve minuciosamente como e quando o dinheiro pode ser gasto e controla tudo isso através do serviço de auditoria do Ministério do Trabalho. A obrigação de destinar quase todos os recursos a atividades assistenciais ou de lazer tenta impedir o investimento nos setores de organização e luta.

3. O dirigente sindical pelego não precisa lutar para trazer a categoria

para dentro do sindicato porque o dinheiro entra de qualquer jeito. Assim, ele prefere ter poucos sócios para melhor controlar as eleições e para limitar as despesas assistenciais.

4. Com o dinheiro sobrando, o pelego cerca-se de mordomias, constrói sedes luxuosas, aumenta o número de funcionários burocráticos e acaba esquecendo a categoria.

5. Com a desculpa de que o sindicato não é livre e pode sofrer intervenção, o

sindicalista deixa de realizar mesmo o mínimo de atividades que seriam possíveis até com o atrelamento, como negociar seriamente, defender os direitos legais dos trabalhadores, etc.

6. As Federações, que ficam com 15% da Contribuição Sindical, e as Confederações, que ficam com 5%, acabam tendo grande disponibilidade de recursos porque recebem de vários sindicatos e porque não têm as mesmas despesas que estes. Além disso, estão ainda menos sujeitas a pressões da base que o Sindicato. Isso permite a muitas Federações usar o dinheiro para atrair os sindicatos pequenos à sua dependência financeira e, em seguida, utilizá-los para perpetuar no poder os dirigentes da Federação.

Em conclusão, podemos afirmar que o Imposto Sindical é uma base fundamental para a manutenção do sindicalismo atrelado e um forte entrave para a luta dos trabalhadores.

VI - 1946 - A oportunidade perdida



Com a proximidade da derrota do fascismo ao fim da II Guerra Mundial, no Brasil renasce o movimento democrático contra a ditadura Vargas. Conquista-se a anistia aos presos políticos e finalmente Vargas é afastado do poder. Inicia-se no interior do movimento operário um período de greves e mobilizações. O PCB é colocado na legalidade pouco antes da queda de Vargas, e passa a reestruturar o MUT (Movimento Unificador dos Trabalhadores) que reúne mais de 300 presidentes de sindicatos. A proposta básica do PCB é "Constituinte com Getúlio", convidando, ao mesmo tempo, a classe trabalhadora a "apertar os cintos" pois a hora era de "União Nacional" para reconstruir o país depois da guerra.

Em 1946, ano em que se reúne uma Assembléia Constituinte e, portanto, a questão da liberdade e autonomia sindicais estava

na ordem do dia, o PCB organiza junto com o Ministério do Trabalho e os pelegos do PTB-Partido Trabalhista Brasileiro (partido criado por Vargas), o Congresso de fundação da Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB). O próprio Ministro do Trabalho, Negrão de Lima, abre os trabalhos do Congresso, mas em seguida, temendo perder o controle, suspende o Congresso. Frente a isso, os delegados continuam o Congresso em outro local e fundam a CTB. Ironicamente, nos seus estatutos, a CTB se define como órgão de colaboração com o Ministério do Trabalho, que acabara de fechar seu congresso de fundação. Não se questiona em nenhum momento a existência do imposto sindical.

Enquanto isso, a bancada do PC na Constituinte, embora defendesse genericamente liberdade e autonomia

sindical, não mexe na CLT e chega a retirar proposta por ela mesma formulada de direito de greve incondicional, em nome do bom andamento dos trabalhos da Constituinte.

Tudo isso não impede que o Governo Dutra, pressionado pelos EUA, então em "guerra fria" com a URSS, casse o mandato dos parlamentares do PCB, coloque o partido na ilegalidade, feche o MUT e a própria CTB.

Lentamente os trabalhadores começam a recompor o seu movimento, e as greves voltam a agitar o cenário político já em 1949. Em 1953 ocorre a grande greve geral em São Paulo, que abala o controle da pelegada do PTB sobre os sindicatos. O PCB, que logo após a repressão de Dutra tinha se lançado numa linha de construir "sindicatos

vermelhos" (sindicatos paralelos abertos apenas aos simpatizantes do partido), sem sucesso, voltara à prática anterior de trabalhar em acordo com o PTB, no movimento sindical.

Dessa aliança PC-PTB, e numa situação de radicalização do movimento grevista, é que surge primeiro o PUI-Pacto de Unidade Intersindical, depois o PUA - Pacto de Unidade e Ação, e finalmente o CGT- Comando Geral dos Trabalhadores, já no início dos anos 60. Essas articulações de cúpula — só participavam os dirigentes sindicais, geralmente os presidentes de cada sindicato — tinham em comum o fato de todos falarem em unidade, mas em nenhum momento propor a independência dos sindicatos em relação ao

Ministério do Trabalho.

O GGT, que chega a agrupar um número bastante grande de entidades sindicais, não tem, entretanto, um trabalho de organização das bases.

A maior prova disso veio com o golpe militar de 64, quando o CGT lança uma proposta de Greve Geral contra o golpe militar, no dia 1.º de Abril, e o que se viu foi apenas uma paralisação parcial dos transportes no Rio de Janeiro e nada mais.

O golpe de 64 aprofundou a repressão sobre o movimento operário com cassações de dirigentes sindicais, prisões, torturas, assassinatos, desaparecimentos e exílio. Mas não precisou inovar muito na estrutura sindical: bastou-lhe manter a que já existia e que permitiu ao governo ampla intervenção nos sindicatos.





Em todo esse período a resistência do movimento operário não deixou de se manifestar. Logo após a 2ª guerra, a classe operária organizou greves e manifestações. A partir de 1953, novas greves de centenas de milhares de trabalhadores foram organizadas, tendo entre seus picos mais altos a greve dos 300 mil em 53, em São Paulo, e a greve dos 800 mil em São Paulo em 1957. Os anos de 61 a 64 mostraram uma grande combatividade dos trabalhadores, seja na cidade, seja no campo, onde já nos anos 50, foram organizadas as Ligas Camponesas.

Como conquistas dessa lutas dos trabalhadores, destacamos, entre outros pontos, o abono de férias ou 13º salário.

Após a implantação da ditadura militar, explodiram novamente greves, das quais se destacam Osasco e Contagem, em 1968. A resistência dos trabalhadores não desapareceu, mesmo nos anos mais duros da ditadura, e

o acúmulo dessa resistência deu um salto a partir de 78, no ABC, quando um terceiro capítulo começa a ser escrito na história do movimento sindical.

As greves metalúrgicas de 78 e 79, vanguarda de um movimento que ganhou as mais diferentes categorias para a luta pelas reivindicações, com a utilização da greve apesar da Lei anti-greve, fez com que surgisse toda uma corrente de sindicalistas que indentificam no controle estatal um obstáculo a ser demolido para o florescimento da vida sindical. Essa corrente está na base do surgimento do nosso partido, o PT, cuja atuação foi decisiva para a construção da CUT. Para que isso fosse possível -PT e CUT- é evidente que tivemos que nos contrapor à política e à prática do PCB e outros agrupamentos, como o PC do B e MR8, que continuaram a privilegiar os conchavos de cúpula em nome da "unidade", fazendo acordos com a pelegada, sem questionar a atual estrutura sindical.

VII - Unidade, unicidade e pluralismo sindical



O PT defende a unidade sindical dos trabalhadores, tendo em vista porém que a efetiva unidade da classe trabalhadora só é possível sob a completa independência frente ao Estado. A tutela estatal deforma a unidade, transformando-a em subordinação centralizada à burguesia através do Estado. Por isso, a unidade real e necessária dos trabalhadores só pode ser fruto consciente dos próprios trabalhadores e nunca uma imposição estatal. Ou seja, tem que estar baseada na independência e na democracia sindicais, possibilitando a convivência de todas as correntes de opinião legítimas do movimento operário e o acesso das bases às decisões fundamentais da luta e da organização sindical.

A unicidade imposta pelo Estado deve ser rejeitada como prejudicial às necessidades dos trabalhadores, pois a intromissão estatal na organização

sindical implica em restrições à sua liberdade de ação contra a burguesia e seu Estado. Assim a defesa da independência, unidade e democracia sindicais devem ser permanentes. Com base nesses princípios o PT lutará pela unidade orgânica do movimento sindical e pelo sindicato único por categoria profissional ou ramo de atividade (categoria e ramo de atividade definidos pelos próprios trabalhadores) e pela Central Única dos Trabalhadores, ainda que a mais plena liberdade e autonomia sindical (que defendemos) possibilite o surgimento de sindicatos e centrais sindicais paralelos, isto é, o pluralismo sindical. Devemos evitar o pluralismo sindical porque ele dificulta a unidade de ação contra a burguesia. As lutas da classe trabalhadora, dividida organicamente, podem se enfraquecer, pulverizando a defesa dos nossos interesses enquanto classe.

VIII - Relação dos sindicatos com o Estado



Os militantes do Partido dos Trabalhadores intervêm no movimento sindical na perspectiva de desenvolver a luta de classe dos trabalhadores contra o patronato, buscando a completa emancipação da classe trabalhadora frente ao capital, em direção ao socialismo. Considerando que o Estado, na sociedade capitalista, é um instrumento da burguesia para garantir sua supremacia social, política e econômica, a sua interferência na organização dos trabalhadores implica inevitavelmente no tolhimento da liberdade de ação dos mesmos contra o patronato e seu Estado. Por isso o PT luta pela mais completa independência dos sindicatos, pelo fim do controle organizativo, financeiro e político destes pelo Estado e pela soberania das assem-

bléias sindicais. Lutamos também pela extinção de todas as deformações geradas pelo prolongado controle estatal sobre o sindicalismo brasileiro, particularmente o assistencialismo, o corporativismo e o verticalismo.

Assim, o PT manifesta-se pela extinção completa do Título V, da Consolidação da Leis do Trabalho, que consagra a intromissão estatal e sua regulamentação da vida sindical, posicionando-se

pela aprovação e cumprimento da Resolução n.º 87 da OIT e sua efetiva aplicação no Brasil, sem prejuízo da luta pela unidade sindical dos trabalhadores e pela consagração da independência e autonomia sindical em nossa Constituição.

Lutando contra a concepção corporativista do movimento sindical, defendemos a intervenção resoluta dos trabalhadores organizados no plano de lutas institucionais, com o

objetivo de formular uma nova política sindical que implique na garantia de autonomia e liberdade sindicais na luta pela Assembléia Nacional Constituinte, sem prejuízo das reivindicações imediatas e inegociáveis dos trabalhadores.

No bojo da luta pela Constituinte livre e soberana e pelo atendimento das reivindicações do povo, a questão da independência dos sindicatos ocupa um lugar central.



IX - O PT e a autonomia sindical

Defender a autonomia sindical só é possível quando se compreende bem todos os seus aspectos, quando se conhecem as dificuldades dessa defesa, não só na teoria e nos discursos mas na prática e no dia-a-dia sindicais.

A base primeira e objetiva da necessidade de autonomia para a ação sindical nasce de que os sindicatos têm objetivos próprios que dizem respeito aos interesses do conjunto dos trabalhadores que representam e que são independentes de coloração partidária.

O PT surge justamente da autonomia sindical, porque é fruto de uma série de ações, movimentos e lutas sindicais inspiradas por um desejo de independência e autonomia dos trabalhadores. É por isso que o PT, em seu programa, prioriza a conquista da liberdade e autonomia sindical. É por isso, também, que o PT deve ser — e é — o seu mais decidido defensor.

Frente à crise do sindicalismo atrelado e das direções comprometidas com a sustentação da estrutura sindical oficial, o PT pode fazer avançar a luta pela independência sindical e pela construção do sindicalismo classista e democrático expresso pela CUT.

Como pode um parti-



do tão ligado ao movimento sindical como o PT favorecer o desenvolvimento da autonomia sindical e, ao mesmo tempo, atuar com um mínimo de coordenação e coerência ao expressar e defender as suas posições no movimento sindical? Qual deve ser a relação do PT com o movimento sindical? Como o PT poderá fortalecer o desenvolvimento do movimento sindical? E, por outro lado, de que maneira as questões sindicais podem ser tratadas no PT? Como encaminhá-las?

X - Alguns pontos básicos

Em primeiro lugar, a atitude de um militante do PT deve obedecer a certas definições básicas:

1) A atuação sindical dos petistas deve se voltar prioritariamente para o fortalecimento da entidade e o crescimento do nível de organização da categoria.

Os petistas defenderão e impulsionarão no seu sindicato, todas as iniciativas políticas que levem à independência dos sindicatos em relação ao Ministério do Trabalho.

2) A estrutura material dos sindicatos não deve ser vista como algo a ser usado pelo Partido para os seus próprios fins, se não como forma de fazer crescer a organização específica dos trabalhadores e suas conquistas.

3) Os petistas, dentro do sindicato, devem defender e favorecer os direitos à participação de todos os associados - qualquer que seja a sua posição no interior do movimento sindical - bem como de todos os membros da categoria.

4) Os petistas são defensores intransigentes da participação e decisão das bases sobre os destinos dos sindicatos, impulsionando a organização dos trabalhadores nos locais de trabalho.

5) Os petistas se empen-



harão para atuar de forma unitária no movimento sindical. Eles incentivarão fóruns democráticos e defenderão o respeito às decisões ali tomadas.

6) O PT jamais tentará substituir o sindicato e os petistas procurarão sempre atuar em consonância com as palavras de ordem e orientações que as assembleias sindicais decidirem.

7) Os petistas naturalmente lutarão pela renovação das direções sindicais acomodadas ou conciliadoras e estimularão a posição do movimento sindical classista no sentido de opor-se à atual estrutura e legislação sindical. Porém, não devem sobrepor essa preocupação a interesses de avanço da mobilização e politização de cada categoria, adotando atitudes sectárias ou divisionistas.

XI - Nossa atuação



O PT apóia o movimento sindical e confia em seu desenvolvimento autônomo numa linha de autêntico compromisso com as bases. Para uma intervenção coerente e realista, o PT deve pautar sua organização em alguns pontos importantes:

1. Criação de Secretarias Sindicais nas instâncias nacional, regional e municipal que procurarão ajudar a atuação dos petistas no movimento sindical, integrando sindicalistas da cidade e do campo.

2. Promoção, através da Secretaria Sindical, de discussão sobre questões de interesse do movimento sindical.

3. Deve-se incentivar a criação de Núcleos de Base do PT por categoria e por Local de Trabalho, dando-lhes toda a assessoria possível.

— As Secretarias Sindicais **devem impulsionar** a ligação e articulação entre os militantes desses Núcleos e as demais instân-

cias do Partido, sem esquecer que os Núcleos são organismos partidários e não sindicais. Como tal, esses Núcleos devem participar das atividades partidárias, em todas as instâncias, discutindo o conjunto da política do Partido, e engajando-se na luta do PT pela democracia e pelo socialismo.

4. Os militantes devem estar engajados ou apoiar as lutas e movimentos que se dão nas cidades e no campo. Os núcleos e diretórios procurarão manter-se informados e prontos para colaborar de todas as formas nessas lutas.

5. A atuação dos petistas no sindicato jamais deve ser semelhante às das vanguardas cupulistas, pretensas donas da verdade, mas isoladas das bases. Os militantes devem atuar principalmente a partir do local de trabalho. A tarefa da conscientização e organização no local de trabalho é de primordial importância.

A partir dos interesses da base, os pelegos devem ser desmascarados.

6. A atuação dos petistas no local de trabalho não deve ser só no sentido de organizar os Núcleos de Base por Categoria ou Local de Trabalho. Devem incentivar a criação de comissões de empresa. As Secretarias Sindicais deverão intensificar um debate sobre as formas de estruturação dessas comissões, seu relacionamento com os sindicatos e com as diretorias.

7. A participação nas reuniões e Assembléias é outro fator importante. Os militantes petistas devem ter sempre uma palavra que leve ao fortalecimento do sindicato, a partir da base. Seu discurso não é o mesmo de uma reunião partidária. Eles devem falar como trabalhadores e associados que são, refletindo a preocupação constante com as reivindicações gerais dos trabalhadores e as específicas da base territorial.

8. Especial atenção devem ter os militantes petistas com os meios de comunicação próprios do sindicato (boletins, jornais, etc) procurando aperfeiçoá-los. Devem insistir também na montagem de cursos de formação no interesse dos associados e atividades culturais.

9. Os petistas devem fazer as diretorias se engajarem nas lutas gerais de interesse do conjunto da classe trabalhadora, como seja, a luta por autonomia e liberdade sindicais, a estabilidade, a redução da jornada de trabalho sem redução salarial, o salário desemprego, comissões de empresa, direito de greve, revogação da LSN (Lei de Segurança Nacional), Eleições livres e diretas, Reforma Agrária, Constituinte, etc.

10. Tendo em vista o grau de organização, a necessária penetração nas bases e outros fatores, como a correlação de forças, os petistas devem organizar oposições sindicais para derrubar as direções pelegas. Deve-se evitar a conotação de "chapa do PT", embora seja isso que a imprensa burguesa vai procurar divulgar. A organização de oposições deve ter em conta toda a possibilidade de fraudes e manobras de que os pelegos não hesitam em lançar mão quase sempre sob as vistas complacentes do Ministério do Trabalho. É aconselhável, que as oposições se cerquem de toda a assessoria possível, principalmente na área jurídica.

11. Os dirigentes sindicais petistas devem fazer um esforço para manterem sua ligação com o Partido. Sua experiência de luta e sua combatividade são patrimônio de que

não podemos abrir mão. É necessário romper com o preconceito arraigado, provindo da estrutura sindical vigente, de que a atividade sindical deve excluir a partidária. Os companheiros que ainda têm dúvidas quanto a isso devem aprofundar a discussão em torno do assunto.

12. Os petistas devem lutar, no nível institucional e em cada sindicato, bem como nas entidades intersindicais, para democratizar os pleitos eleitorais.

Particularmente em relação às eleições sindicais, o PT deve batalhar para que todos os seus militantes apoiem e participem da mesma chapa, o que não significa que defenda chapas exclusivamente petistas. Sobre o processo de formação das chapas, de acordo com nosso objetivo de lutar pela democratização da vida sindical, o PT encaminha a recomendação de que elas sejam compostas a partir de Convenções Eleitorais, livres e abertas, convocadas a partir de princípios políticos e de um programa de luta e de trabalho para o Sindicato.

Dessa forma, as composições políticas, as alianças e a representatividade das fábricas estariam contempladas, a construção da unidade com princípios seria uma possibilidade, desde que assegurados os interesses da categoria a

partir de um programa e de critérios políticos definidos. Assim, também, não ficaria diluído o papel de direção e de instância executiva que as direções sindicais devem ter para os sindicatos que são um organismo de base.

A democratização plena e profunda do sindicato coloca a sua diretoria em um novo papel de instância executiva, subordinada às decisões das assembleias gerais e demais mecanismos representativos de decisões previstos nos estatutos das entidades.

Nesse sentido, a proposta política de proporcionalidade nas eleições sindicais, em que todas as chapas concorrentes estariam contempladas na diretoria, não é hoje o melhor caminho para a democratização e o avanço político da luta sindical.

A ampla confrontação de propostas, a convivência das mais variadas correntes, a coesão e unidade nos encaminhamentos devem ser garantidas através da criação e fiscalização direta dos trabalhadores em instâncias tais como: congressos, assembleias, plenárias, conselho e comissões.

13. Os militantes petistas de cada categoria devem procurar realizar plenárias a fim de unificar a intervenção petista nas campanhas da categoria, inclusive nos pleitos eleitorais.

XII - A luta contra o peleguismo



A atual estrutura sindical personifica-se na figura de dirigentes sindicais imobilistas, conciliadores e cupulistas, cuja atividade tem o caráter de omissão ou traição sistemática das lutas dos trabalhadores. Por isso o PT considera necessário lutar pela renovação das direções sindicais como uma das expressões do combate ao peleguismo e pelo fim do sindi-

calismo regido pela CLT.

Nesse sentido, o Partido deverá apoiar e impulsionar as oposições sindicais comprometidas com propostas classistas e democráticas de luta e organização sindical, ajudando-as em todos os planos em que for necessário para a efetiva derrubada dos pelegos. Essa meta, por sua vez, não conflita com a necessidade de combater pela unidade de ação com as direções sindicais às quais nos contrapomos, visando a arrastá-las ou desmascará-las perante as bases e favorecendo assim o avanço do conjunto dos trabalhadores.

Por outro lado, o PT não pode ignorar a existência de uma camada de dirigentes que, não tendo aderido à CUT, nem sendo petistas, não podem simplesmente ser qualificados como pelegos. Atraso político, vacilações frente à classe patronal e as manobras do peleguismo, inexperiência política, são fatores muitas vezes determinantes da atitude desses setores, que serão mais rapidamente atraídos para o sindicalismo classista e combativo representado na CUT quanto mais firme e decidida for nossa intervenção no movimento sindical buscando a unidade de ação dos trabalhadores.

XIII - Pelo fim do imposto sindical

O Imposto Sindical, hoje chamado de Contribuição Sindical, é um dos meios mais eficazes para atrelar os Sindicatos ao Estado que desta maneira legisla e fiscaliza a aplicação das verbas dele decorrentes em atividades não vinculadas à luta dos trabalhadores. O Imposto Sindical, como contribuição obrigatória, atenta contra o direito de os trabalhadores disporem dos seus salários como melhor lhes convier, e fornece à Diretoria do Sindicato a verba necessária à manutenção do assistencialismo, da burocracia sindical e das mordomias levando-a ao imobilismo frente à categoria, à passividade frente aos patrões e à dependência frente ao Estado.

O PT, desde já, se posiciona pela extinção do Imposto Sindical como uma medida geral e primordial a ser aplicada de forma igual - em termos de ritmo e prazos - à totalidade dos sindicatos brasileiros.

Como formas para garantir a sustentação financeira do Sindicato independentemente do Imposto Sindical, os militantes sindicais petistas defendem o seguinte:

1)- Sindicalização massiva da categoria, promovendo a prática da contri-



buição voluntária e consciente dos trabalhadores.

2)- A atual Contribuição Assistencial (verba descontada de todos os trabalhadores de uma dada categoria profissional por ocasião dos Acordos Coletivos), deve ser decidida democraticamente, em Assembléia da categoria, e passará a ser uma "taxa de campanha salarial".

3)- Formas alternativas de sustentação das lutas da categoria - como os fundos de greve - e, onde esses já existirem, o seu aperfeiçoamento e fortalecimento.

XIV - Fortalecimento da CUT

A atual discussão sobre unidade, unicidade e pluralismo sindical refere-se principalmente às relações entre a CUT-Central sindical independente e democrática em processo de construção - e a CONCLAT - articulação divisionista formada pelos adversários da construção da CUT. O PT entende que a CUT é a expressão do respeito à vontade democrática e de uma perspectiva de unidade sindical das bases, já que sua formação partiu dos ENCLAT's (Encontros da Classe Trabalhadora) e CECLAT's (Congressos Estaduais da Classe Trabalhadora). Para o PT, o fortalecimento orgânico e político da CUT é uma tarefa fundamental para todos os partidos políticos comprometidos com os interesses da classe trabalhadora para que as mais diversas posições políticas e ideológicas, partidos e militantes do movimento, caminhem no sentido de assegurar efetivamente o caráter unitário da Central Única.

Já a CONCLAT representa uma iniciativa divisionista de setores que se contrapõem à criação da CUT, através de uma aliança entre o PCB, PC do B e notórios pelegos incrustados nas Federações e Confederações. Apesar de todas as pro-



fundas divergências na sua composição política, ela tem estado mais preocupada em legitimar as iniciativas do governo perante a classe trabalhadora, do que legitimar e reivindicar as mais justas aspirações dos trabalhadores perante o governo e os patrões.

Além disso, inúmeros sindicatos atualmente não estão ligados à CONCLAT; é preciso considerar também que boa parte dos sindicatos, como os rurais, articulam-se apenas com a respectiva Confederação (CONTAG e outras Confederações) e se declaram alheios a qualquer articulação.

O fortalecimento da CUT e sua afirmação como entidade realmente unitária e representativa da maioria do movimento sindical depende da combinação de vários fatores: da prática combativa dos sindicatos, da sua íntima ligação com as bases, da sua capacidade de se arti-

cularem e organizarem unitariamente, tanto a nível vertical (representação por categoria profissional ou ramo de atividade) como horizontal (representação inter-categoria); tudo isso na base dos princípios já enunciados de independência e democracia sindicais.

Entendemos que hoje, a política de fortalecimento da CUT passa também, inevitavelmente, pelo confronto com os defensores do sindicalismo atrelado e conciliador, majoritariamente reunidos na CONCLAT. Assim, todo o combate aberto e democrático aos representantes da CONCLAT deve ser feito, seja para impor derrotas a seus dirigentes frente as suas categorias, seja para obrigar uma parte dos mesmos a deixar a CUT (por meio de pressão, combinada na base e na cúpula), seja ainda para atrair os setores vacilantes que não se definiram por nenhuma das duas entidades.

Essa meta, porém, para ser atingida, tem de partir da avaliação realista da situação atual, onde a CUT, embora avançando progressivamente, ainda não é maioria no movimento sindical brasileiro. A existência da CONCLAT dirigindo parcela expressiva das entidades sindicais, com sua política conciliadora e divisionista, representa um obstáculo real que tem de ser combatido pela CUT com táticas

apropriadas a cada situação; incluindo a aplicação consciente e sistemática da luta pela unidade de ação. O mesmo se coloca em relação aos sindicatos não ligados à CONCLAT. De fato, saber dirigir-se às lideranças e às bases da CONCLAT e dos demais sindicatos com propostas unitárias de luta, dispondo-se a encaminhá-las conjuntamente nos momentos em que a pressão da base força "radicalizações" demagógicas dos dirigentes; assim como saber denunciá-los quando traem concretamente as lutas, apelando às bases para que os superem na luta, é imprescindível para a afirmação da CUT, inclusive entre os trabalhadores ligados aos sindicatos dirigidos pelos seus adversários.

A partir das observações anteriores, devemos ter claro como se coloca hoje a questão da unidade

orgânica. O PT defenderá sempre a necessidade de se construir uma só Central Sindical, baseado numa experiência comum de luta centrada no princípio da independência e democracia sindicais.

Entretanto, hoje, a "reunificação" orgânica CUT/CONCLAT dependeria de um longo processo de cúpulas, com a consequente paralisa da CUT e, principalmente, significa abdicar das conquistas democráticas expressas nos estatutos da CUT e que consignam um rompimento frontal com as imposições da atual estrutura sindical atrelada ao Estado.

Da mesma forma, a "reunificação" hoje implicaria em questionar os posicionamentos classistas da CUT, seja os constantes no preâmbulo de seus estatutos, seja nas resoluções mais recentes de seus Congressos e das suas Direções - contra o pacto



social, pela Democracia sem qualquer restrição e em defesa das reivindicações. Portanto, a unidade que o movimento sindical necessita deve ser construída nas lutas cotidianas e gerais dos trabalhadores. A unidade forçada, de cima para baixo, é incapaz de atender as necessidades reais dos trabalhadores e, por isso, seria falsa. **A construção de uma CUT representativa, atuante e forte é o caminho mais curto para a unidade que queremos.**

Nesse sentido, não está colocada como prioridade no horizonte dos petistas defender na CUT um congresso de fusão com a CONCLAT. Entretanto, todas as medidas e esforços devem ser empenhados para construir a unidade na ação, a unidade na luta pelas reivindicações.

Com o mesmo objetivo de fortalecer a CUT é preciso generalizar e fortalecer a criação de comissões de fábrica e de empresa, organismos de unidade elementar dos trabalhadores e canal de representação dos mesmos. As comissões constituem-se em bases de apoio para o fortalecimento da CUT, contra a política cupulista daqueles que hoje se agrupam na CONCLAT. Essa deve ser tarefa prioritária das CUT's Regionais e dos Sindicatos.

Diadema/SP, 19 de maio
de 1985

ENCONTRO
NACIONAL SINDICAL
DO PARTIDOS DOS
TRABALHADORES -
PT



